



[Portaria SRH 015/2009](#)

Revoga a Portaria SRH nº 21, de 17 de maio de 2000, e dá outras providências.



[Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005](#)

Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.



[Resolução CRH nº 04, de 20 de novembro de 2003](#)

Dispõe sobre a conservação e proteção das águas subterrâneas no Estado.



[Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003](#)

Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
Regulamenta a Lei Federal nº 9.433/97 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e regulamenta a Lei Federal nº 9.984 de 17 de julho de 2000 que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas.



[Resolução CRH nº 01, de 02 de abril de 2001](#)

Estabelecer critérios para instalação de novos poços tubulares profundos, destinados à comercialização da água e ao abastecimento público e situados nas Bacias Sedimentares Costeiras de Pernambuco.



[Resolução CRH nº 04, de 12 de setembro de 2000](#)

Aprova o Mapa de Zoneamento Explotável dos Aqüíferos da Região Metropolitana do Recife.



[Portaria SRH \(Secretaria de Recursos Hídricos\) nº 25, de 06 de junho de 2000](#)

Estabelece distância mínima entre poços tubulares nas Bacias Sedimentares Costeiras de Pernambuco, define critérios e limites para captação de água subterrânea.



[Portaria SRH \(Secretaria de Recursos Hídricos\) n.º 21, de 17 de maio de 2000](#)

Estabelece critérios para análise/concessão de outorga do uso da água para poços tubulares, localizados em regiões consideradas superexploradas pela Secretaria de Recursos Hídricos.



[Decreto n.º 20.423, de 26 de Março de 1998](#)



[Lei n.º 11.427, de 17 de janeiro de 1997](#)

Dispõe sobre a conservação e a proteção das águas subterrâneas no Estado de Pernambuco e dá outras providências.



[Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#)

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989.